



O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Henrique da Costa Corrêa

INTRODUÇÃO

Para interpretarmos o pensamento de Maquiavel, acredito que devemos, antes de tudo, conhecer sua obra ou, pelo menos, seus principais escritos, sem dúvida "O Príncipe", "Comentários da Primeira Década de Tito Lívio", "Arte da Guerra" e "História Florentina". Devemos, outrossim, nos informar a respeito da época em que foram escritos.

Existem, aproximadamente, vinte e cinco interpretações principais da obra de Maquiavel. Essas são as mais famosas, porém, também existem outras tão controvertidas quanto as primeiras e as de quem, como nós, se aventura a tal. Cada geração adapta o seu livro mais famoso, "O Príncipe", a seu bel-prazer, segundo conveniências próprias.

"O Príncipe", publicado em 1532 e republicado em 1810 por Ângelo Ridolfi, foi escrito em 1513, quando o ostracismo político levou Maquiavel a recolher-se em sua propriedade rural, mais ou menos, a sete milhas de Florença, em Santa Andrea, Percussina. Estava com quarenta e três anos de idade e quatorze de observação e experiência políticas.

Era comum, naquela época, que os escritores dedicassem trabalhos a príncipes. E Maquiavel, também, o fez, dedicando "O Príncipe" a um membro da família Medici, Lourenço de Medici, com a intenção de ser novamente aproveitado na política pelos Medici, que estavam de volta ao poder, em Florença.

Escreveu um manual, cuja finalidade seria auxiliar os príncipes a se manterem no poder, principal-

mente estimulando a um especificamente, Lourenço de Medici, na unificação e transformação dos pequenos estados italianos em grande monarquia absolutista, nos moldes da França, Espanha e Alemanha, capaz de expulsar os invasores estrangeiros do solo italiano.

Fruto da experiência do autor, utiliza conselhos para situações possíveis de ocorrer, visando contribuir para a liderança do príncipe e ensinando a chave do sucesso.

Aí reside, no meu entender, o porquê da leitura atenta deste livro, ainda hoje, por grande parte dos leitores, pois todos desejam obter sucesso e poder, e nele procuram ensinamentos próprios à consecução desses objetivos.

Maquiavel tornou-se uma figura lendária. Comumente, a palavra maquiavélico significa astucioso, manhoso, sem princípios, amoral politicamente, apreciador do lema "os fins justificam os meios" (11:9-11). Simboliza tudo que existe de dissimulação, de demoníaco, de inescrupuloso. Essas são as reações dos que o condenam em nome de uma moral tradicional, existindo também os que o admiram em nome do realismo político.

O cerne do pensamento de Maquiavel é o crucial problema do relacionamento da política com a moral. Como suas idéias estavam de acordo com a prática política da época, não causaram escândalo em Florença, sendo aceitas com tranquilidade.

A campanha que desfigurou a imagem de Maquiavel foi desencadeada pelo cardeal inglês Regi-

nald Pole que o acusou de déspota, justificador de violências e arbitrariedades e de espírito satânico.

Foi ainda combatido, ferozmente, pelos jesuítas, interessados que os Estados voltassem ao controle da Igreja. Convenceram mesmo o Papa Paulo IV a colocar Maquiavel em um índice de "persona non grata", decreto este confirmado em 1564 pelo Concílio de Trento.

As doutrinas de Maquiavel foram responsabilizadas pelo massacre idealizado por Catarina de Medici e conhecido como "noite de São Bartolomeu", em livro do protestante Inocêncio Gentillet, publicado em 1576 e, posteriormente, traduzido na Inglaterra.

Cromwell, ministro de Henrique VIII, sofreu enorme influência de Maquiavel (19:507).

As idéias de Maquiavel influenciaram o Conde Cavour, na Itália, no século XIX, em sua luta pela fundação e libertação do Estado. Sofreram influência de Maquiavel: Luís XIV, Napoleão, Bismarck e, no século atual, Mussolini e Hitler.

No Brasil, o Estado Novo parece ter adotado tais idéias na solução dos perigos representados pelo comunismo e integralismo (18:53) e o movimento de 64 parece ter seguido, o que é discutível, alguns pontos para a preservação do poder revolucionário.

Outros consideraram o autor como um defensor republicano, baseando-se no livro "Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio". O absolutismo expresso em "O Príncipe" seria um mero expediente político. Para Jean

Jacques Rousseau (5:62), fingindo dar lições aos reis, Maquiavel, na realidade, em "O Príncipe", ensinava o povo a se defender dos tiranos.

O Renascimento considerou Maquiavel o profeta da unificação italiana e a interpretação contemporânea, o criador da ciência política moderna.

Maquiavel exprimiu, pela primeira vez, a noção de Estado como organização da sociedade na forma que, hoje, conhecemos. Foi a percepção da evolução histórica de unidades políticas fracas e divididas, como ocorria na Itália do Renascimento, para um Estado forte e centralizado, que motivou Maquiavel a ser considerado o pai da moderna ciência política. Na realidade, pressentiu os delineamentos do Estado moderno, através de uma intuição da centralização política do século XVI, na Europa, e interpretou uma condenação às instituições do feudalismo medieval.

Observando fatos, meditou sobre as leis próprias da política. Maquiavel revolucionou, inovou em termos de análise da realidade, observando apenas os fatos indutivamente, sem julgar valores. A criatividade desse método indutivo de análise da realidade, sem considerar os valores sociais, tornariam para uns, Maquiavel, o primeiro cientista político, ao contrário de outros, que, assim, consideram Aristóteles o fundador da ciência política. Criou uma obra que rompeu com o medievalismo, com os cânones e com o feudalismo, con-

siderada a pedra fundamental da ciência política moderna.

O problema político foi enfrentado sem disfarces doutrinários. Os fenômenos da sociedade e da história, considerados como pertencentes à natureza. Estavam, pois, lançadas as bases da ciência política moderna. Por isso, o livro "O Príncipe" costuma, hoje em dia, ser incluído para leitura em cursos de ciência política, na tentativa de serem visualizadas as contribuições do autor no estudo da política. Nesse livro, a ascensão ao poder é defendida como uma conjugação do valor do príncipe com o destino e a manutenção do poder obtidos com sutileza, astúcia, crueldade, se necessária, e um exército capaz de fazer a lei ser cumprida.

A contradição entre ética e política ainda não se conseguiu em nossos dias, resolver, satisfatoriamente, o que torna Maquiavel um contemporâneo nosso. Maquiavel não elaborou uma teoria política científica. Não parte de postulados metafísicos ou teológicos, mas de realidades empíricas, imediatas, por ele observadas, adotando um processo indutivo. Estabelece uma tese política e a analisa, fixando o valor prático. Desfilam personalidades julgadas por ele modelares, símbolos para o novo príncipe almejado (5:5-57). Só após a morte é que sua obra começaria a viver, projetando-lhe glória e imortalidade que tão profundamente venerou.

Vejam como Maquiavel marcou presença na história, as experiências vividas por ele, as princi-

pais considerações políticas e militares expressas em sua obra, principalmente em "O Príncipe", suas idéias e a influência das mesmas, na Idade Moderna.

BIOGRAFIA

Nasceu em Florença, aos 3 de maio de 1469. Seu nome completo era Niccolò di Bernardo Machiavelli. O pai era advogado de tendências republicanas. A mãe, casada já em segundas núpcias, era bastante católica. Maquiavel teve instrução geral, conhecimentos superficiais de latim e direito.

Aos vinte e nove anos foi nomeado secretário da segunda chancelaria de Florença, aos 28 de maio de 1498, após a morte do frei dominicano Savonarola, prior do convento de São Marcos, enforcado e queimado na Piazza della Signoria, cinco dias antes. Aí Maquiavel desempenhou tarefas burocráticas, assessoria política e missões diplomáticas, granjeando prestígio de funcionário consciencioso e intelectual.

O problema inicial que Maquiavel teve em sua atividade pública, foi a reconquista de Pisa, durante a qual teve de explicar a Luís XII, rei da França, a baixa qualidade dos soldados que o soberano deixara na Itália para tal tarefa.

Maquiavel criou para sempre a convicção de que tropas mercenárias traziam desgraça e ruína para quem as contratasse.

Grande admiração consagrou a Cesar Bórgia, filho de Alexandre VI, por representar em seu ponto de vista, a perfeita encarnação de

virtude, tanto que o apresentou como o modelo de sua concepção de "O Príncipe". Criou uma milícia com recrutamento popular e, para instrutor da tropa, escolheu o lugar-tenente de Cesar Bórgia, Don Michele.

Dirigiu, pessoalmente, as operações contra Pisa, que se rendeu aos 4 de junho de 1509, após uma guerra de quinze anos. Em outubro de 1510, reforçou a milícia florentina com uma cavalaria ligeira.

Aos 7 de novembro de 1512, foi demitido das funções, após a queda do governo republicano de Soderini, a quem servia, o qual se recusara aderir à Liga, formada pelo Papa Julio II contra a França, de quem Florença era tradicionalmente amiga.

Volta a família Medici a reinar em Florença, tendo à frente o cardeal João de Medici.

Maquiavel teve de pagar uma fiança de mil florins-ouro e chegou mesmo a ser submetido a torturas.

Com a morte do Papa Julio II, em 21 de fevereiro de 1512, foi eleito papa, com o nome de Leão X, o então cardeal João de Medici, que reinava em Florença.

Recolhido à sua propriedade rural, nesse período de tranqüilidade e paz, escreveu suas duas obras fundamentais: "Il Principe" ou "De Principatibus" e "Discorsi sopra la Prima Deca de Tito Livio".

Em 1516, morreu Juliano de Medici e Florença passou a ser governada por Lourenço de Medici, que, contando com o apoio decidido do Papa Leão X, prati-

camente teve restabelecido o esquema político dos tempos dos Bórgia, em que César Bórgia contava com o apoio incondicional do pai, Alexandre VI. Tal fato despertou o entusiasmo de Maquiavel que teve, então, a idéia de dedicar-lhe "O Príncipe", na tentativa de unificar a Itália, libertando-a dos invasores estrangeiros, ao mesmo tempo que chamaria a atenção de Lourenço, com aquele livro, para a situação injusta em que se encontrava.

Um amigo de Maquiavel, Francisco Vettori, embaixador junto ao Papa, teria sido encarregado de entregar a Lourenço de Medici, o livro "O Príncipe", não se sabendo se cumpriu ou não a missão. O fato é que Lourenço não deu a mínima atenção ao livro, continuando Maquiavel a encontrar derivativos apenas nas reuniões literárias e no desempenho de missões de particulares.

É grande a produção literária de Maquiavel. Em 1518, escreveu as comédias "Clizia", "Mandragora", considerada a melhor do teatro italiano, "Andria" e o poema "Serenata". Conseguiu, por benevolência do cardeal Júlio de Medici, que sucedera no poder a Lourenço, morto em maio de 1519, uma posição de historiador da República.

Foi-lhe encomendado escrever "Istorie Fiorentine", que devia abranger o período da queda do Império Romano à morte de Lourenço, o Magnífico, que reinava por ocasião do nascimento de Maquiavel.

Dedicou os últimos sete anos de vida à elaboração da "Istorie Fiorentine".

Em 1520, Maquiavel estava entregue à tarefa de escrever os sete livros da "Arte Della Guerra". Em abril de 1526, era nomeado provedor de um órgão governamental encarregado de fortalecer os muros da cidade de Florença.

Morreu aos 21 de junho de 1527 e foi sepultado em Florença, na Igreja de Santa Croce.

Sua experiência foi uma mesclagem do passado clássico da Idade Média com a contemporaneidade do Renascimento Italiano, levando-o a se revelar o político, o diplomata, o estrategista, o filósofo e o escritor.

CONTEXTO HISTÓRICO DO RENASCIMENTO ITALIANO

Equivale tal estudo a uma passagem ainda que rápida, pelo Renascimento Italiano. O ano de 1469 do nascimento de Maquiavel, é a data em que o poder político em Florença passou a um jovem de vinte anos, Lourenço de Medici, "o Magnífico", filho de Pedro de Medici.

Florença se transformou então, no maior centro cultural e artístico da Europa, numa época de intenso esplendor renascentista.

Ressurgiram os padrões estéticos greco-romanos a par de uma onda de paganismo, corrupção de costumes e depravação moral. Ergueram-se, então, os pregadores de penitência, como o dominicano Jerônimo Savonarola. Nicolau Maquiavel cresceu sofrendo a influência dessas duas correntes.

Os cinco principais governos que dividiam, politicamente, a Itália, eram Milão, Veneza, Florença, Nápoles e o Papado, e que constituíam a "Santíssima Liga".

Lourenço de Medici morreu em 1492 e foi substituído por seu filho Pedro, que não conseguiu impedir a invasão de Carlos VIII da França, ocasião em que os Medici foram obrigados a se exilarem.

Jerônimo Savonarola emergiu venerado como profeta e instaurou um regime popular. Por forte pressão de Alexandre VI, pai de César Bórgia, posteriormente Savonarola foi enforcado, queimado e teve as cinzas lançadas no Rio Arno a 23 de maio de 1498. Uma reforma institucional elegeu ao poder Pedro Soderini, para o qual Maquiavel tornou-se indispensável colaborador.

Os maiores problemas enfrentados, em distintas épocas, por Florença, foram a crescente expansão territorial de César Bórgia, a grande expansão comercial de Veneza, as vitórias espanholas no sul da península italiana, a reconquista de Pisa, o imperador Maximiliano, da Alemanha, que sonhava restaurar o Sacro Império Romano e o choque do papa Júlio II com o rei da França Luís XII, por ter Florença nessa ocasião se recusado a fazer parte da liga contra a França.

A consequência imediata foi a queda do governo republicano de Soderini e a volta ao poder dos Medici. Assumiu o cardeal João de Medici, futuro papa Leão X, substituído, então, em Florença por Juliano de Medici, até 1516, data em que este morreu.

Seguiu-se Lourenço de Medici, a quem Maquiavel dedicou "O Príncipe". Este morrendo em 1519, foi seguido pelo cardeal Júlio de Medici.

O papa Leão X morreu em 1521, sucedendo-lhe no trono Adriano VI, morto em 1523, e Clemente VII, o qual formou com a França, Florença e Veneza uma "liga santa" contra Carlos V, da Alemanha. Com a liga derrotada, Roma foi assaltada e saqueada por tropas alemãs e espanholas durante vários dias, em maio de 1527. O Papa se refugiou no Castelo de Sant'Agelo, os Medici uma vez mais se exilaram e, em Florença, restabeleceu-se a constituição formulada por Savonarola.

PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Maquiavel não criou regras que estivessem em contradição com a sua época ou que incentivassem, egoisticamente, a corrupção e o absolutismo para interesse pessoal. Registrou normas que, no seu entender, explicariam êxitos ou fracassos políticos.

Existe, popularmente difundido, um falso maquiavelismo, o qual, na realidade, nada tem com o pensamento de Maquiavel. O maquiavelismo autêntico corresponde a idéias referentes à técnica política, ao pessimismo sobre o homem na sociedade e às relações do homem com o Estado.

Maquiavel não é, pois, maquiavélico no sentido vulgar da palavra. Por outro lado, vale ser dito que a força, a astúcia, os meios violentos e cruéis, remontam à an-

tigüidade grega, não tendo a Idade Média cristã os abolido de todo. Tais métodos ressurgiram com ímpeto durante o Renascimento.

Assim, o maquiavelismo vulgar já existia anteriormente a Maquiavel. Suas idéias foram alicerçadas na história e em fatos do seu tempo.

O conceito maquiavélico de liberdade é muito diferente do atual, referente à individualidade do homem. Liberdade se confunde com lei e ordem. O homem não tem direitos invioláveis diante do Estado. A igualdade de todos perante a lei só se atinge com a Revolução Francesa, no século XVIII.

Para o autor, todos os indivíduos devem limitar seus desejos em favor dos interesses do Estado. Concebeu o Estado soberano, não subordinado à Igreja, a Deus e ao direito natural. Considerou maus o engano, a fraude, a violência, e o emprego da força, mas os aceita como necessários em muitas ocasiões, para consolidação e preservação do poder, que o príncipe deve preservar a qualquer custo, sem contemplações ou escrúpulos, desde que para o bem da coletividade. Criou uma nova ética, naturalista, pelo reconhecimento da necessidade do mal (5:101). As ações devem ser julgadas pelos resultados políticos e não pela moral.

Tais idéias chocaram-se, violentamente, com a consciência moral da tradição política cristã, em que o Estado está limitado pela lei moral ou natural. Segundo Maquiavel, a grandeza ou virtude individual

seria a capacidade de fazer o destino e a própria história, impondo a vontade aos acontecimentos (5:97).

Não existiriam religiões falsas ou verdadeiras, mas as capazes de mais despertarem sentimentos cívicos de veneração às leis do Estado, por isso, as antigas considerou-as superiores à cristã que só pregava resignação, humildade, desprendimento pelos bens terrenos e glórias mundanas.

Apesar de reconhecer a república como a forma de governo capaz de melhor atender ao Estado, concluiu, entretanto, que para a Europa do século XVI, seria preferível a monarquia absoluta.

Acreditou que a natureza humana fosse imutável e considerou a história como capaz de se repetir (5:74). Por isso defendeu os aspectos políticos militares da Antiguidade com tanto ardor, para serem aplicados na sua época (14:117). Considerou, também, que a corrupção no Estado é inevitável pela predominância dos interesses particulares sobre os interesses públicos e coletivos.

Maquiavel foi pessimista em relação ao homem, que só praticaria o bem ou se submeteria às leis por necessidade, uma vez que o Estado ser-lhe-ia indispensável à própria defesa e segurança. A moral e a justiça não preexistiriam ao Estado, mas dele resultariam.

Moral e política tinham para Maquiavel um objetivo comum, qual seja o bem da comunidade ou do príncipe e, por isso, não condenou quaisquer processos necessários ao bem do Estado. A

harmonização entre prudência, ímpeto, violência, arte, paciência e impaciência, determinariam ou não o sucesso, se bem que preferiu com bastante evidência o ímpeto à prudência, em seus valores.

Acreditou que a base fundamental de qualquer Estado é o militarismo com forças próprias e não mercenárias. Defendeu o recrutamento popular para a constituição de um exército, com treinamento militar na paz e detalhou dispositivos de batalha e alojamento de tropas.

Dizia Maquiavel: "sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica totalmente à sorte" (11:82).

Aconselhou aos príncipes serem os comandantes das tropas, organizando-as e disciplinando-as. Recomendou, outrossim, o planejamento e o adestramento das mesmas com exercícios práticos e valorizou os ensinamentos da História.

Subordinou a guerra à política, antecipando-se três séculos a Clausewitz (7:25).

As idéias de Maquiavel, concentradas nos aspectos políticos e militares, repeliram o feudalismo, as milícias mercenárias, o domínio dos papas e sua ingerência nos Estados, mas não tiveram a sensibilidade, segundo Karl W. Deutsch, para reconhecerem as profundas mudanças econômicas e sociais da época (3:91).

O discernimento do bem pela razão humana e o livre arbítrio, impondo-o à vontade, conforme a tradição aristotélico-tomista, não foram aceitos por Maquiavel, que

defendeu a predominância da vontade sobre a razão.

Quanto à frase "os fins justificam os meios", comumente atribuída a Maquiavel, na realidade não é encontrada em sua obra. O que na realidade declarou foi que o homem de Estado é julgado pelo povo apenas pelos êxitos alcançados e não pelos meios empregados (5:97), (6:147). Baseado nisso justificou Rômulo ter assassinado o próprio irmão e as crueldades de César Bórgia. Para Maquiavel, não existiam meios antecipadamente bons ou maus, só os avaliando posteriormente em função da eficiência havida.

CONCLUSÕES

Seria ainda válido, em nossos dias, o pensamento de Maquiavel? Ou melhor, tem sido ainda usado e aplicado tal pensamento?

Em meu ponto de vista permanece utilizado em termos de política nacional e internacional. Quanto à validade é passível de raciocínios e elucubrações concorrentes.

No âmbito interno os Estados procuram não demonstrar acintosamente a aplicabilidade das idéias de Maquiavel. Mas o que dizer do totalitarismo moderno? Sacrifica direitos humanos em prol da segurança e do interesse do Estado. Aqui o poder escolhe discricionariamente os meios de sua preservação e expansão.

No âmbito externo ou internacional, a partir do século XVI, os Estados incorporaram a chamada

soberania nacional, que persiste até a atualidade. Não estão submetidos a nenhum poder transcendental, a Deus, à Igreja, à religião. A conduta dos Estados só depende deles, do bem considerado na sua coletividade. Por acaso não é isto um dogma maquiavélico, onde só o poder controla o poder e a lei é a força dominante?

O Estado moderno soberano, no entanto, está prestes, se é que ainda não terminou, a acabar. Ou melhor, existirão apenas dois Estados soberanos, duas superpotências, praticando deterrência, limitando os desejos expansionistas pelo medo da destruição recíproca, tal a aparente igualdade em armas nucleares. É a bi-polarização do poder.

Quanto à validade do pensamento maquiavélico, a conquista e a preservação do poder não podem justificar o político, que deve se submeter à ética e ao direito.

Em minha opinião, aí reside uma das maiores falhas de Maquiavel, por não aceitar um substrato ético transcendente, por tornar a moral, a religião e o direito escravos do Estado, cuja razão de ser para ele, é a própria existência e expansão.

Não são válidas em meu entender suas idéias quando distorceram a autoridade do Estado, exageraram o valor da política desumana, não reconheceram os direitos humanos individuais, a consciência moral humana, quando foram pessimistas em relação ao homem considerado incapaz de praticar desinteressadamente o bem, ao preceituarem ações imo-

rais, cruéis e regras desumanas, na preservação do poder.

São válidas, entretanto, no tocante à percepção da técnica política e no conhecimento de sua real natureza, quando, na realidade, auxiliam a aceitação do intrincado problema relativo à consciência ética diante da existência política no mundo.

Seus dogmas militares relativos às forças próprias, ao treinamento militar e ao recrutamento popular evidentemente tem ainda valor na atualidade. Seus detalhamentos de dispositivos de batalha valeram-lhe, ainda, ser considerado o primeiro estrategista moderno.

Quanto aos comentários relativos à corrupção, em que diz ser inevitável no Estado, deixo a critério de cada um, que, certamente, terá a oportunidade de comparar tal assertiva à atualidade.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981. 175 p.
2. COUTINHO, Lourival. *O General Góes de-põe* . . . 2. ed. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956. 544 p.
3. DEUTSCH, Karl W. *Política y Gobierno*. Politics and Government. Trad. E. L. SUÁRES, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1976. 608 p.
4. DOWNS, Robert B. *Obras Básicas: Fundamentos do Pensamento Moderno*. Trad. Hilda Pareto Soares Maciel & Maria Celina Deiró Hahn. Rio de Janeiro, Bibliex, 1969. 296 p.
5. SCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Brasília, Universidade de Brasília, 1979. 126 p.
6. FRIEDRICH, Carl G. *Uma Introdução à Teoria Política*. Trad. Leonidas Xansa &

- Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 186 p.
7. GILBERT, Felix. Machiavelli: The Renaissance of the Art of war. In: Edward Mead Earle. *Makers of Modern Strategy* 2. ed. Princeton, 1973. 553 p.
 8. LUZ, Heitor da. Maquiavel: a política que o maquiavelismo renegou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1977.
 9. MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardo Dei. *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. 66 p.
 10. _____. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979. 462 p.
 11. _____. *O Príncipe*. II Príncipe. Trad. Robert Grassi. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 158 p.
 12. _____. *O Príncipe, anotado por Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia*. Trad. Aurora Pereira de Carvalho. Rio de Janeiro, 1979. 130 p.
 13. MOREIRA, Marcílio Marques. Maquiavel, mestre de príncipes. *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 17 set. 1978.
 14. MOSCA, Gaetano & BOUTHOUOL Gaston. *História das Doutrinas Políticas*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 416 p.
 15. O PENSAMENTO de Nicoló Machiavelli. *Política*. out/dez 1977. Publicação avulsa do arquivo do jornal O Globo.
 16. RAPOSO FILHO, Américo. Pensamento Político-Estratégico de Maquiavel. *Caderno de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro. 1:7-15, jan, 1982.
 17. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 415 p.
 18. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In: Universidade de Brasília. *Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, 1981. 57 p.
 19. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo, Nacional, 1942. 523 p. 2º Tomo.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra Médico Henrique da Costa Corrêa concluiu o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, em 1984. Realizou os Cursos de Medicina Preventiva e de Administração Hospitalar no Centro Médico de Bethesda, EUA. É Professor Assistente de Cirurgia Abdominal na Universidade Gama Filho e Instrutor de Cirurgia Geral no Hospital Naval Marcílio Dias.